

TERRITÓRIOS RURAIS EM GOIÁS: o desenvolvimento através da indução estatal

Camila Vito S. de Lima^{1*} (PG) – camilavito@yahoo.com.br, Divina Aparecida Leonel Lunas¹ (PQ)

Universidade Estadual de Goiás - Campus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis (CCSEH): Av. Juscelino Kubitschek, nº 146 - Bairro Jundiá - Anápolis-GO. CEP: 75.110-390.

Resumo: a constituição de Territórios Rurais é uma política pública federal iniciada em 2003, a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a missão de fomentar a competitividade econômica de municípios considerados de baixo desenvolvimento, e, consequentemente, elevar a qualidade de vida das populações carentes. Nesse sentido, a pesquisa em questão visa identificar os resultados da indução de territórios rurais em Goiás entre 2003 e 2013 e apresentar os respectivos graus de desenvolvimento rural dos municípios afetados. Para tanto, serão analisados indicadores e dados disponibilizados pelos Censos Demográficos e das contas municipais divulgadas pelo IBGE, pelo Atlas de Desenvolvimento Humano, organizados pelo PNUD e pelo Programa Bolsa Família, computados pelo antigo MDS. Algumas análises preliminares indicam que os municípios integrantes dos Territórios Rurais goianos têm alcançado melhorias sociais em decorrência das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. Desta forma, até o momento, pode-se concluir que a indução de territórios rurais têm sido uma estratégia eficaz enquanto geradora de benefícios sociais.

Palavras-chave: Territórios Rurais em Goiás. Desenvolvimento territorial rural. Indicadores socioeconômicos. Indução governamental.

Introdução

As políticas públicas de desenvolvimento territorial rural iniciadas em 2003 têm por objetivo a inserção competitiva nos mercados regionais e nacional de vasto número de municípios brasileiros considerados atrasados por seu baixo desempenho econômico e, consequentemente, por seus índices sociais abaixo dos padrões brasileiros. (ORTEGA; ESTRADA, 2015, p. 27-28). Tais políticas diferenciam-se das anteriormente aplicadas por três fatores principais: a referência intermunicipal, a integração urbano-rural e o papel do Estado e dos agentes sociais.

Quanto à abrangência espacial, o enfoque passa a ser em uma determinada quantidade de municípios limítrofes agrupados em um único território, e não mais a cada município isoladamente, constituindo um mercado regional, com possibilidade de diversificação e maior potencial produtivo e comercial.

O entendimento de que o rural não se desenvolve sem o urbano e vice-versa aparece como uma relevante mudança. A complementaridade de ambos aglomerados pode agregar vantagens comparativas e fomentar o desenvolvimento

de modo mais equilibrado, além de combater o êxodo rural, diminuindo os impactos negativos por ele causados.

Um terceiro fator importante reside no papel do Estado enquanto indutor do desenvolvimento, melhorando a infraestrutura e os serviços públicos dos territórios e participando da gestão social dos projetos desenvolvidos e da mobilização dos agentes da sociedade civil em torno de um projeto único de desenvolvimento.

Apesar de alguns problemas, Ortega e Estrada (2015) analisam como positivas as mudanças ocorridas pelas políticas públicas atuais de desenvolvimento territorial, que forneceram maior qualidade de vida à população dos territórios. Em contrapartida, Geraldi (2012) critica a estrutura dessas políticas no sentido de serem economicistas, pela tentativa de despolitizar os conflitos da questão agrária, por meio do estabelecimento de pactos e consensos, e por reduzirem a classe camponesa à um mero público a ser atingido por políticas públicas e não como seres capazes de criar instituições e tomar decisões próprias, além da reificação da identidade territorial.

Assim, a pesquisa em questão tem como objetivo principal verificar os avanços socioeconômicos da indução de territórios em Goiás por parte do Governo Federal no período de 2003 a 2013 e os respectivos graus de desenvolvimento rural gerados nos municípios envolvidos.

Para tanto, a pesquisa está estruturada em seções que buscam a compreensão do meio rural brasileiro e sua evolução no cerrado goiano após o ano de 1990; o entendimento sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas federais implantadas; a caracterização socioeconômica dos municípios integrantes dos Territórios Rurais em Goiás e, por fim, a análise dos resultados da atuação governamental através do grau de desenvolvimento rural.

Material e Métodos

Através da abordagem quali-quantitativa, a obtenção dos dados se dá por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo.

Objetivando o entendimento real e sólido das implicações acerca do tema em estudo, a pesquisa se desenvolve com a revisão de obras acerca das

consequências do capitalismo, da questão agrária brasileira, da agricultura familiar, do desenvolvimento econômico e social, da formação econômica do Brasil e de Goiás e das políticas públicas para o meio rural.

Para a pesquisa documental, estão sendo coletados dados e informações em sites de instituições governamentais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), dentre outros. Também são observados os normativos e a legislação pertinente às políticas públicas vigentes no período estudado para o desenvolvimento territorial rural.

As técnicas de pesquisa de campo que serão utilizadas são a observação participante em plenárias territoriais e a entrevista estruturada com representantes da sociedade civil e do poder público nos municípios.

Por fim, a obtenção dos valores territoriais segue a metodologia desenvolvida por Ortega e Estrada (2015), quando da análise dos TRs e TCs de Minas Gerais, que consiste em calcular a média ponderada entre somatório dos indicadores de todos os municípios integrantes do TR ou TC, tendo como fator ponderador a população de cada município, e a população total do TR ou TC. (ORTEGA; ESTRADA, 2015, p. 286, nota de rodapé 11). O grau de desenvolvimento rural será computado pelo método da pesquisadora Ângela Kageyama, ainda em interpretação.

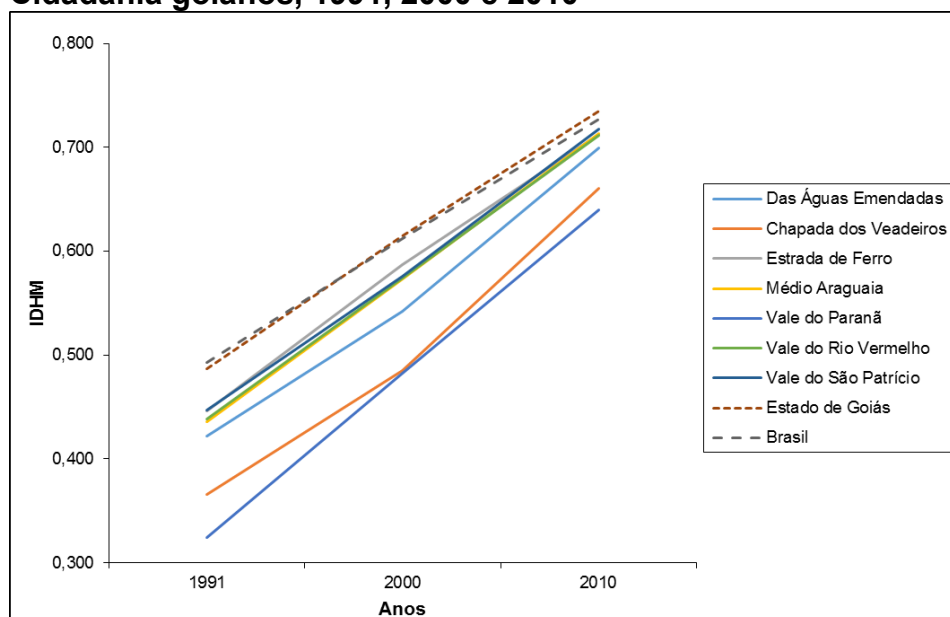
Resultados e Discussão

A partir de 2003, em Goiás foram constituídos pelo Governo Federal doze Territórios Rurais. São eles: Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Estrada de Ferro, Médio Araguaia, Norte, Parque das Emas, Serra da Mesa, Sudoeste, Vale do Araguaia, Vale do Paranã, Vale do Rio Vermelho e Vale do São Patrício. Em 2009, quatro deles se transformaram também em Territórios da Cidadania (TCs): Das Águas Emendadas, Chapada dos Veadeiros, Vale do Paranã e Vale do Rio Vermelho. Contudo, alguns territórios foram constituídos somente em 2013 e

não são parte do universo desta pesquisa. São eles: Norte, Parque das Emas, Serra da Mesa, Sudoeste e Vale do Araguaia.

Dessa forma, os atuais programas governamentais para o desenvolvimento territorial rural, em âmbito federal, atingem 61% dos municípios goianos, mais de dois terços de todo o território de Goiás e quase dois milhões de habitantes, ressaltando a importância das políticas públicas.

Figura 01 – Evolução do IDHM dos Territórios Rurais e da Cidadania goianos, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013. Dados tabulados pelas autoras.

Um dos principais indicadores para avaliar as condições socioeconômicas é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), mensurado pelo PNUD, que abarca as dimensões social, política, econômica e ambiental. Quanto mais próximo de 1, maior é o grau de desenvolvimento humano. Devido à sua importância, esse indicador será utilizado para melhor compreender a realidade dos Territórios Rurais e da Cidadania do estado de Goiás, cujas trajetórias entre 1991 a 2010 estão representadas na Figura 01.

Preliminarmente, é possível depreender que as condições socioeconômicas dos municípios atingidos pelas políticas de indução de territórios estão crescente melhoria, passando de índices muito baixos, para médios ou altos, ainda que em valores inferiores aos padrões estadual e nacional. Entretanto, é importante notar que o hiato entre eles se reduziu, sobretudo no período 2000-2010. As maiores

variações percentuais pertencem aos territórios Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã. Em contrapartida, o Território Estrada de Ferro teve curva ascendente, porém a taxas decrescentes, fato que deverá ser analisado com maior profundidade com o desenrolar da pesquisa.

Considerações Finais

Até o presente estágio da pesquisa, é possível afirmar que as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural têm alcançado alcançaram resultados positivos, com elevação do IDHM em todos os territórios induzidos, mas em ritmo de crescimento mais acelerado nos territórios Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã, que possuem os municípios mais carentes dentre os demais analisados.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Goiás pela realização do III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão cuja oportunidade de divulgação das pesquisas de seus alunos e professores pesquisadores constitui-se incentivo à produção e distribuição de conhecimento.

Referências

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas: PPP**, Brasília, n. 39, p. 155-185, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/318/278>>. Acesso em 25 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>>. Acesso em 28 jul. 2016.

ORTEGA, Antonio César; ESTRADA, Eduardo Moyano. **Desenvolvimento em territórios rurais**: estudos comparados de Brasil e Espanha. Campinas: Editora Alínea, 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em 04 ago. 2016.